

Helena Carreiras

Ministra da Defesa Nacional

Intervenção da Ministra da Defesa Nacional, Helena Carreiras, por ocasião da Cerimónia de entrega do 29º Prémio Defesa Nacional e Ambiente

Campo Militar de Santa Margarida, Constância, 19 de janeiro de 2023

É com grande satisfação que assinalamos a 29ª edição do Prémio Defesa Nacional e Ambiente, uma distinção que simboliza mais um importante contributo para o exigente desafio da sustentabilidade ambiental que nos incumbe no atual contexto.

Este compromisso estrutural com a proteção do ambiente que hoje se renova, vem já de longa data. **2023 marca, aliás, os 30 anos da criação do Prémio, fruto de uma parceria entre o Ministério da Defesa Nacional e o Ministério do Ambiente,** que aqui saúdo na figura do Senhor Ministro do Ambiente e da Ação Climática. Esta colaboração foi pioneira no âmbito da Administração Pública e é por isso com enorme apreço que assinalamos a sua vitalidade assim como a dedicação conjunta à sua realização anual.

A atribuição deste prémio visa, acima de tudo, estimular, dar a conhecer e premiar iniciativas que reduzam a pegada ambiental da Defesa Nacional. Ao longo de 29 edições foram apresentadas um total de 121 candidaturas, um número que demonstra de forma evidente a dinâmica que a Defesa Nacional soube imprimir a estas preocupações e o quão transversais elas efetivamente são à nossa atividade diária.

A candidatura premiada nesta edição, da Brigada Mecanizada do Exército, apresentou um projeto que mostra de forma muito clara e prática a direção que temos de tomar para atingir os objetivos da economia circular. Quero também deixar um especial cumprimento ao Instituto dos Pupilos do Exército, que nos mostra como, com ações simples e facilmente replicáveis, é possível ajudar a promover a sustentabilidade de forma pedagógica.

Na sua essência, os dois exemplos aqui em destaque são testemunho daquilo de que melhor fazemos neste domínio. Mas no atual momento, é ainda mais imperioso que continuemos a agir em todos os setores e em todas as frentes. Por exemplo, **a crescente instabilidade climática tem colocado vastas áreas e populações sob pressão**, à medida que o acesso a recursos naturais escassos é cada vez mais dificultado. Temos assistido a este fenómeno na região do Sahel, com o agravamento dos fatores que estão na base de conflitos, sobretudo em Estados e regiões frágeis. Mas também na Europa, onde o aumento de eventos climáticos extremos tem levado a situações de catástrofe, agudizando o nexo entre segurança e alterações climáticas.

Ainda assim, face a estes riscos crescentes, é possível constatar que continuamos a assumir as nossas responsabilidades de forma expressiva e comprometida. Decorridos quase três anos desde a aprovação da última Diretiva Ambiental para a Defesa Nacional, o

objetivo então traçado para o trabalho na Defesa e pela Defesa segue válido: “Uma Defesa Nacional empenhada num amanhã sustentável e preparada para os desafios futuros”. Esta permanece a linha de ação seguida pelo Ministério da Defesa Nacional, e em particular pela Direção-geral de Recursos da Defesa Nacional, cujo papel de coordenação, monitorização e de promoção de boas práticas neste âmbito importa aqui realçar.

Os resultados mais recentes falam por si. O maior recurso a fontes renováveis de energia, a aposta na (re)florestação e consequente aumento da capacidade de sequestro de carbono, o incentivo à mobilidade verde dentro das Unidades, ou as inúmeras ações de limpeza costeira, são apenas algumas das iniciativas desenvolvidas nos últimos anos. Em outubro passado, a Força Aérea apresentou inclusive o seu próprio Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050, um exercício de planeamento com poupanças económicas e ambientais evidentes.

Contudo, estamos também cientes de que este será sempre um trabalho inacabado e que requer empenho constante. Em particular, **uma Defesa Nacional verde pode e deve encontrar novas formas de parceria e de financiamento** para que possamos reforçar de forma atempada a necessária capacidade de reação e adaptação.

Nesse sentido, destacaria as 9 candidaturas submetidas em 2022 ao Plano de Recuperação e Resiliência – 5 da Força Aérea, 3 da Marinha e 1 da Arsenal do Alfeite – com vista a financiar projetos de eficiência energética. Por outro lado, no âmbito do Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial foram já aprovadas outras 3 candidaturas para remoção de amianto em edifícios afetos à Defesa.

Na prossecução da sua missão em território nacional, as Forças Armadas, têm também várias responsabilidades ao nível do apoio na vigilância, no controlo e no combate a incêndios rurais. Como é sabido, o risco associado a estas responsabilidades, quer para as populações, quer para os militares que as protegem, aumenta em proporção da intensidade dos efeitos das alterações climáticas. É por isso que está a decorrer um processo de aquisição de meios aéreos próprios de combate a incêndios, nomeadamente, nove helicópteros médios e dois helicópteros ligeiros, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, e dois aviões pesados através do Mecanismo Europeu de Proteção Civil (RescEU).

No ano passado, iniciámos ainda a nossa participação no Fórum de Incubação para a Economia Circular da Agência Europeia de Defesa, conscientes da importância que redes baseadas em trocas de experiências internacionais podem gerar para novas ligações entre as Forças Armadas, a indústria, e o sistema científico e

tecnológico nacional. Fruto desta participação estamos assim a desenvolver novos projetos com a Universidade do Minho, procurando assegurar que a Defesa Nacional integre as alterações climáticas como premissa fundamental da sua atuação.

Minhas senhoras e meus senhores

Hoje, mais do que um compromisso sólido de proteger o planeta, a promoção da sustentabilidade ambiental no sector da Defesa é também vista como um contributo fulcral para o aumento da resiliência nacional e para o reforço de capacidades.

De facto, **umas Forças Armadas mais eficientes na utilização de recursos e com maior utilização de tecnologias renováveis, são também umas Forças Armadas mais autónomas, mais prontas e mais capazes.** Em paralelo, é transversal o reconhecimento que

eventos associados às alterações climáticas têm reflexos incontornáveis na segurança global. É por isso que temos assistido à crescente incorporação do seu impacto na revisão, atualização e implementação das orientações estratégicas internacionais, incluindo ao nível da NATO e da União Europeia.

No primeiro caso, o Conceito Estratégico é claro em termos da importância atribuída aos objetivos de redução da pegada carbónica. A Aliança Atlântica encontra-se, aliás, a trabalhar ativamente num plano coletivo de transição energética, com base na anterior Agenda para as Alterações Climáticas e Segurança, visando consciencializar todos os Aliados para as respetivas consequências em termos de segurança coletiva.

No segundo caso, a Bússola Estratégia solicitou explicitamente a todos os Estados-Membros da União Europeia que

desenvolvessem estratégias nacionais até ao final de 2023 para preparar as suas forças armadas para as consequências das alterações climáticas. O propósito consiste em condensar objetivos dispersos por vários outros documentos estratégicos, e uniformizar a resposta comunitária face a uma degradação ambiental que representa um fator potenciador de riscos acrescidos para o continente europeu e para outras zonas do globo.

A importância deste tipo de orientações surge ainda mais reforçada quando atendemos às dinâmicas geopolíticas em curso. Em particular, no contexto da guerra desencadeada pela Rússia sobre a Ucrânia, importa recordar as preocupações ao nível de segurança energética que têm levado a esforços concertados para a diminuição da anterior dependência dos abastecimentos russos. Urge, assim, continuar a reforçar a aposta na descarbonização enquanto imperativo estratégico, com ênfase na eficiência

energética e no recurso a energias renováveis, tal como constante do plano RePower EU.

De forma a responder a todos estes diferentes reptos que nos são lançados, e passados três anos do início da implementação da referida Diretiva Ambiental para a Defesa Nacional, considero assim que é chegado o momento da sua revisão. Em particular, **devemos corresponder ao atual momento e avançar com uma Estratégia da Defesa Nacional para o Ambiente, que atribua especial enfoque às Alterações Climáticas e ao impacto operacional nas Forças Armadas.**

Numa década em que somos constantemente confrontados pelas gerações mais jovens sobre a razão da inação face aos factos climáticos, importa tomar mais medidas e agir decisivamente. **Os compromissos ambientais que Portugal subscreveu, bem como**

as metas que se propôs atingir, elencados pelo Sr. Ministro do Ambiente e da Ação Climática, constituem também o compromisso da Defesa Nacional. Esta nova Estratégia, cujos trabalhos de elaboração já se encontram em curso, precisa de proporcionar a visão necessária para se continuar a reduzir a nossa pegada ecológica e aumentar a eficiência energética das nossas atividades.

Mas o nosso trabalho não se pode deter por aqui. Precisamos também de identificar claramente como melhor integrar na nossa cultura estratégica impactos mais concretos. Esta ambição será ancorada pelo futuro novo Conceito Estratégico de Defesa Nacional e encontra já, aliás, enquadramento na própria Lei de Bases do Clima, onde se refere que as Forças Armadas devem incorporar no seu planeamento operacional os riscos inerentes às alterações climáticas e medidas de redução de emissões de gases com efeito de estufa.

As temperaturas extremas, a subida do nível do mar, as mudanças rápidas nos padrões de precipitação e a frequência e intensidade crescentes de eventos climáticos extremos irão, certamente, gerar desafios ao nível das operações militares de apoio a emergências civis e testar a resiliência das nossas infraestruturas críticas e dos nossos recursos humanos.

Perante esta evolução do paradigma global de ambiente, precisamos de estar à altura do desafio. É por isso que instrumentos como o Prémio Defesa Nacional e Ambiente continuarão essenciais para promover uma consciencialização generalizada de como dar resposta às alterações climáticas, com base em abordagens rigorosas e interdisciplinares.

Renovo, por isso, os meus parabéns aos projetos galardoados e faço votos para que o seu exemplo e as suas histórias de sucesso constituam inspiração para novos casos de modernização e adaptação, contribuindo para que a Defesa Nacional continue a permanecer uma referência para Portugal e para os nossos parceiros.

Muito obrigada.